

## TRANSFORMAÇÕES JURÍDICAS NA ERA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

### **Autor(es)**

Stace Liz Carneiro  
Larissa Gomes Silva  
Carine Silva Diniz  
Cintia Batista Pereira

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA

### **Introdução**

As transformações provocadas pelas inovações tecnológicas vêm alterando profundamente a estrutura das relações jurídicas. A crescente digitalização de processos, a automação de atividades humanas e o uso intensivo de dados pessoais colocam o Direito diante de novos desafios regulatórios e interpretativos. Fenômenos como inteligência artificial, big data e crimes cibernéticos exigem respostas ágeis, éticas e eficazes. Nesse cenário, o Direito deixa de ser apenas reativo para assumir uma postura proativa diante da inovação, garantindo segurança jurídica, proteção aos direitos fundamentais e adaptação normativa frente a um mundo em constante mutação.

### **Objetivo**

Analizar as principais transformações jurídicas impulsionadas pelas inovações tecnológicas, destacando seus impactos, desafios e perspectivas para o futuro do Direito.

### **Material e Métodos**

A metodologia adotada é de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações recentes e decisões judiciais que tratam da relação entre Direito e tecnologia. O estudo abordou marcos legais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o Marco Civil da Internet e projetos que tratam do uso da inteligência artificial no setor público e privado. Também foram examinadas práticas do Judiciário, como o processo eletrônico e o uso de sistemas de automação na tramitação de processos. A abordagem adotada buscou integrar aspectos jurídicos, éticos e sociais envolvidos nas inovações tecnológicas e seu reflexo no ordenamento jurídico brasileiro.

### **Resultados e Discussão**

As inovações tecnológicas vêm promovendo transformações profundas no Direito. A proteção de dados se consolidou como um novo direito fundamental, exigindo adaptações legislativas como a LGPD. O Judiciário incorporou a digitalização, com benefícios em celeridade processual, mas também novos desafios, como a inclusão digital e o risco de decisões automatizadas sem supervisão humana adequada. A inteligência artificial começa a ser usada para triagem e análise de demandas judiciais, mas levanta debates sobre transparência

algorítmica e responsabilidade civil. Por outro lado, a atuação jurídica também evolui, com uso de softwares jurídicos e inteligência artificial para análise de contratos e previsão de decisões. O Direito, assim, deve se reinventar continuamente para acompanhar essas mudanças sem comprometer garantias constitucionais e a segurança jurídica.

### **Conclusão**

As inovações tecnológicas exigem do Direito constante atualização, com atenção à ética, à proteção de direitos e à inclusão social. É necessário que juristas, legisladores e a sociedade caminhem juntos para garantir que o progresso tecnológico fortaleça o Estado Democrático de Direito.

### **Referências**

BRASIL. Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

LEMOS, Ronaldo. Direito, tecnologia e cultura. São Paulo: FGV Editora, 2020.

SILVA, Virgílio A. F. O impacto da inteligência artificial no sistema de justiça. Revista Jurídica, v. 28, n. 3, p. 45-60, 2023.